

# ESTATÍSTICA DAS MOEDAS PORTUGUESAS DE BRONZE CUNHADAS NA CASA DA MOEDA DE PARIS EM 1891 e 1892

por: António Miguel Trigueiros

## INTRODUÇÃO

São bem conhecidas de todos os coleccionadores as variantes das moedas de bronze de 10 e 20 reis de D. Carlos I portadoras de marcas monetárias da Casa da Moeda de Paris, a letra A no reverso, entre os pés dos ramos de carvalho e louro, ladeada por dois sinais monetários identificadores do director e gravador daquele estabelecimento.

Desde a publicação em 1948 do «Catálogo das Moedas Portuguesas — Continente — 1640-1948» do Eng. Ferraro Vaz, que estas moedas de cunhagem francesa são consideradas bem mais raras que as suas congéneres nacionais, atingindo preços elevados, se muito bem conservadas. No entanto e apesar das estatísticas desde então publicadas noutros catálogos, portugueses e estrangeiros, nunca foi ensaiado um estudo analítico das respectivas fontes de informação, nem sequer, aliás, dada uma explicação dos motivos que teriam levados à execução dessa cunhagem de moeda portuguesa no estrangeiro.

A comunicação que agora se apresenta sobre este assunto baseou-se na consulta dos livros de registo da Casa da Moeda de Lisboa e noutros documentos oficiais da época, o que permitiu discernir elementos estatísticos diferentes dos até agora publicados, bem como, divulgar episódios pitorescos desta operação.

## REGISTO DOCUMENTAL

Até Abril de 1886 tinha sido amoedada em Lisboa a quantia de 1.615.000\$00 reis em moedas de bronze de 20, 10 e 5 reis, por conta dos 2.000 contos autorizados pela Carta de Lei de 31 de Maio de 1882, conforme se pode observar nas estatísticas oficiais publicadas

Entendeu então o governo suspender aquela amoedação devido ao elevado depósito dessa moeda existente na Casa da Moeda.

Anos passados e após diversas transferências para tesourarias distritais do Continente e para o Ultramar, o saldo desse depósito foi diminuindo, até que em 12 de Novembro de 1889 veio a ordem de retomar a amoedação <sup>(3)</sup>, o que só viria a suceder em 1891.

Convirá aqui recordar dois factos importantes: o primeiro, que tendo D. Luis I falecido a 19 de Outubro daquele ano, era necessário gravar nova efígie real para as moedas do reinado de D. Carlos, tarefa esta demorada, envolvendo todas as denominações em circulação, consoante o seu tamanho <sup>(4)</sup>; e o segundo, que desde 1886 que foram enviados para circulação no Ultramar elevados montantes de moedas de bronze — nomeadamente para Angola, ao abrigo do contrato para o abastecimento de água a Luanda <sup>(5)</sup> — transferências essas que iriam mais tarde motivar o alargamento da autorização de 1882, de 2.000 contos para quase 2.500 contos de moeda de bronze, para colmatar as necessidades da circulação metropolitana <sup>(6)</sup>.

Chegados assim a 1891, e quando a Casa da Moeda se preparava para preencher a autorização acima referida, mergulhou o país numa grave crise económica que, entre outras consequências, «levou à falência ou fusão de mais de metade dos bancos e casas de crédito nacionais, precipitou a decisão de suspender o direito de emissão (de notas) que alguns ainda possuíam (...), obrigou à reorganização do Banco de Portugal e à remodelação do sistema monetário e fez com que aparecessem a substituir a moeda metálica, cédulas de papel (...)» <sup>(7)</sup>.

De facto, os pedidos de moeda surgiam de todos os pontos do país, perante uma Casa da Moeda impotente para responder a tão desenfreada procura.

A 21 de Novembro de 1890, uma portaria do Tesouro manda cunhar 1.500 contos em moedas de prata de 500, 200 e 100 reis, empregando nessa operação o metal proveniente do saldo da moeda retirada da circulação nos Açores e em Lourenço Marques <sup>(8)</sup>; a 29 de Maio de 1891, outra portaria determina a cunhagem de mais 2.000 contos de prata, já autorizada pelo decreto de 7 de Maio <sup>(9)</sup>.

Finalmente, um officio de 15 de Junho do Tesouro dá conta que o governo pretende ultimar a operação de amoedação de bronze interrompida em 1886, para *«fornecer às nossas Províncias Ultramarinas em Africa uma avultada porção de moeda de cobre (sic) aproveitando-se as oficinas da importante casa "Allard" de Paris, que se prontifica a fazer a moeda necessária com o lucro para o Estado de 72% nominal»* <sup>(10)</sup>.

Começa aqui o processo que dará origem à cunhagem de moeda nacional em Paris e que se encontra muito bem documentado nos livros de registo da Casa da Moeda de Lisboa.

Numa verdadeira corrida contra o tempo, o director da Casa da Moeda tudo faz para evitar esse infeliz desenlace, considerado atentório da honra do estabelecimento e da dignidade dos seus trabalhadores. Mandam-se vir discos de prata de Inglaterra e discos de bronze de França e de Inglaterra; encomendam-se mais 4 prensas de cunhar (marcas CAIL, de Paris e BIRMINGHAM de Inglaterra, pelo preço de 40.000 francos cada francesa e 1.320 libras cada inglesa) <sup>(11)</sup>, põem-se as oficinas a trabalhar durante 3 meses a 16 horas por dia, sem domingos nem feriados, *«começando o trabalho às 6 horas da manhã e terminando à meia noite com 3 intervalos apenas por dia — um de uma hora e dois de meia hora — arriscando-se assim a saúde e privados (o pessoal) do descanso necessário, com o fim de sustentar os bons créditos do estabelecimento (...)»* <sup>(12)</sup>. Tudo em vão. O governo já tinha decidido e a 11 de Agosto de 1891 determina o envio para a Casa da Moeda de Paris dos punções e matrizes originais das moedas de 20 e 10 reis <sup>(13)</sup>, sem deixar, contudo, de sossegar o angustiado director *«que não é por falta de zelo ou habilidade dos empregados dessa administração geral, que se vai amoedar no estrangeiro uma porção de moeda de bronze, pois estes requisitos são de todos reconhecidos e foram official e publicamente registados no Decreto de 6 do corrente mês (...)»* <sup>(14)</sup>. E os punções lá seguiram viagem para Paris, só que..., em vez de serem de moedas de D. Carlos I, tinham a efígie de D. Luis I e a era de 1886!!!

Brilhante artificio, que bem denota a angústia, o desgosto e a zanga do nosso director!

Mas os franceses não vão nessa e logo a 16 de Setembro é chamado a dar explicações desse seu procedimento, o que faz dizendo que *«tal envio se deve ao facto de as punções com a efígie de D. Carlos I não estariam prontos a tempo»*; e continua: *«não há inconveniente em cunhar hoje moeda com a data de 1886, não afectando interesses nem do Tesouro nem do Público, é apenas uma leve irregularidade sem importância (...)»* <sup>(15)</sup>.

Apenas isso, uma leve irregularidade sem importância...

E a 22 de Outubro lá seguiram para Paris os verdadeiros punções com a efígie de D. Carlos e a era de 1891, logo utilizados, pois a 12 de Novembro chegava de França a primeira remessa de 4.800\$00 reis em moeda de bronze <sup>(16)</sup>.

Meses passados e tendo-se verificado que, com a moeda vinda de Paris, já se ultrapassava o limite legal dos 2.000 contos fixados em 1882, a portaria de 9 de Abril de 1892 autoriza a Casa da Moeda *«a lançar em circulação a moeda de bronze equivalente às transferências efectuadas para o Ultramar (Angola, Moçambique, Guiné e Cabo verde), além do que for ainda julgado indispensável para as necessidades da metrópole»* <sup>(17)</sup>.

Por essa altura já a Casa da Moeda de Lisboa estava devidamente apetrechada para responder eficazmente a novas ordens de amoedação <sup>(18)</sup>, pelo que foi suspensa a cunhagem em Paris, cuja última remessa foi de 6.000\$000 reis, ainda no 1.º semestre de 1892.

## ESTATÍSTICA DAS AMOEDAÇÕES



Moedas de bronze cunhadas em Lisboa (20 reis de 1891) e em Paris (10 reis de 1891).

Os registos oficiais das amoedações efectuadas na Casa da Moeda de Lisboa, de 1852 a 1909 vêm publicados na "Estatística Geral" já citada (ver nota 1). Contudo nesta fonte não é possível identificar, por anos de cunhagem, a quantidade de moeda vinda de Paris. Em alternativa, visitamos o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, onde fomos encontrar importantes documentos para a história da moeda portuguesa deste período, nomeadamente, a colecção completa dos "*Relatórios dos Actos do Ministério dos Negócios da Fazenda*", desde 1867 a 1909.

Neles se encontram os famosos "*Mapas gerais do Bronze* (Prata, Ouro ou Níquel) *que se tem amoedado desde ...*", referidos a 31 de Dezembro e que, por comparação ano a ano, nos permitiram organizar o seguinte quadro.

### Moedas de Bronze de 10 e 20 reis cunhadas em Lisboa e Paris de 1891 a 1893

LISBOA	20 reis	10 reis
1891	4.732.500	3.550.000
1892	18.070.000	10.195.000
1893	1.880.000	700.000
PARIS		
1891	4.565.000	790.000
1892	2.110.000	5.873.389
1893	—	—
TOTAL POR ANO		
1891	9.297.500	4.340.000
1892	20.180.000	15.368.389
1893	1.880.000	700.000
TOTAL	31.357.500	21.108.389

Verifica-se assim que, em 1893 e em Lisboa, ainda se cunharam moedas com era de 1892 e tudo indica que o mesmo se terá passado em 1892 com relação a 1891, pelo que estes números não merecem muita confiança.

Quanto à Casa da Moeda de Paris, as informações de que dispomos dão-nos maiores garantias no concernente ao respeito do ano de cunhagem / era nas moedas, e assim sendo tomamos aquelas estatísticas como definitivas.

Podemos agora comparar os números obtidos directamente das fontes originais (AMT-87), com os números divulgados, sem indicação de origem ou explicações, pelos catálogos comerciais:

20 REIS	A. Gomes-1979	F. Vaz-1984	Krause-1985	AMT-1987
1891	3.282.000	9.297.500	3.282.000	4.732.500
1891 A	6.016.000	6.015.615	6.016.000	4.565.000
1892	15.411.000	13.505.808	15.411.000	19.950.000
1892 A	660.000	657.766	658.000	2.110.000
10 REIS				
1891	3.445.000	4.340.000	3.445.000	3.550.000
1891 A	895.000	894.776	895.000	790.000
1892	10.300.000	9.297.500	10.300.000	10.895.000
1892 A	5.769.000	5.768.613	5.769.000	5.873.389

Para terminar resta-nos analisar as raridades relativas destas moedas, para concluir que:

— a moeda de 10 reis 1891-A apresenta uma estatística de cunhagem muito inferior à da moeda de 20 reis 1892-A, a qual, *só por erro divulgado nos catálogos comerciais*, está hoje a ser cotada por valor superior, não valendo (estatisticamente) nem metade daquela.

## NOTAS

(1) Estatística Geral, 1852/53-1908/09. Casa da Moeda e Papel Selado. Lisboa, 1910 (mapa n.º 11, págs. XLVI/XLVII).

(2) Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, registo geral, livro 25C, fl.237 v.

(3) Idem, livro 32, fl.s/n.

(4) As moedas de 5 e 200 reis só foram enviadas para aprovação a 9 de Dzeembro de 1890, e as de 20 reis a 14 de Setembro de 1891, conforme se lê nos livros de registo geral da Casa da Moeda.

(5) De 1886 até Novembro de 1892 essa quantia perfaz 528.566\$670 reis (Relatório do Ministro dos Negócios da Fazenda, relativo aos anos de 1889/1891, doc. n.º 415, pág.533 Ed. Imprtnsa Nacional). De notar que este valor representa mais de um quinto de toda a moeda de bronze emitida de 1882 a 1893.

(6) Até 1893 foram amoedados exactamente 2.464.333\$890 reis em moeda de bronze de 20, 10 e 5 reis (D. Luis I e D. Carlos I)

(7) Citamos o Dr. Mário de Almeida, no seu artigo publicado em "A Permuta" n.º30, pág. 14, de Janeiro de 1975.

(8) Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, registo geral, livro 34, 24/11/90

(9) Idem, livro 35, 2/6/91

(10) Idem, livro 35, 16/6/91

(11) Idem, livro 25D, fl.173, 178 v., 181 e 187

(12) Idem, livro 25D, fl.195, 25/8/91

(13) Idem, livro 36, 11/8/91. Os punções foram enviados a 1 de Setembro.

(14) Idem, livro 36, 31/8/91. Está errado o decreto mencionado, pois é no decreto de 23 de Junho de 1891 (introdução em circulação da moeda de 1 franco francesa) que se fazem essas considerações.

(15) Idem, livro 25D, fl. 207 v. Fica-nos a dúvida se estes punções de 1886 são só os da moeda de 10 reis ou também os da moeda de 20 reis, cujos ensaios foram enviados ao Tesouro para aprovação a 14/9/91.

(16) Idem, livro 37, 13/11/91

(17) Idem, Livro 25E, fl.30 e livro 38, 12/4/92. Nessa altura era de 408.566\$670 reis o valor da moeda de bronze transferida.

(18) Idem, livro 25E, fl. 54 v., 24/5/92, onde se informa que até essa data tinham vindo de Paris 194.133\$890 reis em moeda.



































